

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A AGOSTO DE 2013

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	(Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>67.131</b>	<b>11.672</b>
Pessoal Ativo	57.067	11.609
Pessoal Inativo e Pensionistas	10.064	63
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>10.018</b>	<b>9.904</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	1	9.841
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	10.016	63
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)</b>	<b>57.113</b>	<b>1.768</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP (IV) = (III a + III b)</b>	<b>58.882</b>	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL (V)	625.461.567
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,009414
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,018054
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,017151
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,016249

**FONTE:** SIAFI, COF/SAO/TRE-ES. Emitido em 19/set/2013 às 14h e 30m:

**Notas:** 1º) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2º) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3º) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

**JOSÉ ADRIANI BRUNELI DESTEFFANI**  
Secretário de Administração e Orçamento

**FÁBIO ROSADO BARBOSA**  
Coordenador de Controle Interno

**ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**  
Diretor Geral

**SÉRGIO LUIZ TEIXEIRA GAMA**  
Presidente do TRE/ES em Exercício